



ANÁLISE DOS INDICADORES ATUAIS DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

¹Sandra de Andrade Santos

² Cristina Nunes dos Santos

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

Muito se questiona a respeito da qualidade na educação, para isso os indicadores podem dar a resposta acerca dessa dúvida, mostrando o que pode ser melhorado. Com a ampliação dos investimentos na educação existe a preocupação em saber se os recursos estão sendo aplicados devidamente; isso pode ser basicamente acompanhado através de Banco de Dados das organizações governamentais e não governamentais. Busca-se através de uma pesquisa bibliográfica propor uma análise e reflexão acerca dos indicadores de qualidade na educação do ensino fundamental e médio por meio das leituras iniciais feitas no Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013) do movimento Todos Pela Educação em parceria com a editora Moderna e no livro Indicadores da Qualidade na Educação da Unicef (2004). Este artigo pode contribuir para um acompanhamento ou controle de qualidade na educação em escolas públicas.

INTRODUÇÃO

Com o aumento de investimentos na área da educação nos últimos anos, seja na construção de novas escolas ou reformas das já existentes; da valorização salarial do professor com a aprovação da Lei do Piso do Magistério Nacional; da criação de laboratórios ou salas de informática; dos programas de transporte escolar e ou da alimentação escolar, bem como do Mais Educação e do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a população brasileira questiona sobre a existência da qualidade na educação. Percebe-se que o que era considerado como qualidade de ensino há 30 anos não é mais vista como a qualidade atual. A qualidade na educação é mutável a depender da necessidade da sociedade, a busca da qualidade no sistema de ensino sempre será almejada já que a sociedade brasileira apresenta necessidades diversas a depender da demanda da clientela em momentos históricos, sociais e econômicos distintos no decorrer dos anos e vemos também que as prioridades no que se refere à educação são diferentes em vários municípios do Brasil e em escolas de um mesmo município.

O Plano Nacional de Educação (PNE) elabora metas a serem atingidas pelos sistemas de ensino na busca da qualidade da educação no Brasil com base nas informações levantadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Censo Escolar e pelo Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (INEP). Um dos fatores evidentes que mostra a baixa qualidade na educação brasileira é a Distorção

Idade-Série provocada pela reprovação. No Brasil a Distorção total de Idade-Série em 2011 foi de 22,90% e no Nordeste 31,60% no Ensino Fundamental; já no Ensino Médio 32,80% a porcentagem nacional e no caso da região Nordeste 44%.

Quando se compara o ano de 2010 em relação ao ano de 2011, o Ministério da Educação (Movimento Todos pela Educação, 2013) mostra que houve uma queda de 23,6% para 22,9% no Ensino Fundamental e 34,5% de 32,8% no Ensino Médio. Isto se deve ao ingresso tardio, ao abandono e a repetência, bem como ao envelhecimento da população brasileira.

De acordo com o IBGE/Pnad apud Movimento Todos pela Educação (2013) a taxa líquida de matrícula dos alunos de 06 a 14 anos no Ensino fundamental em 2011 no Brasil foi de 92,4%, na região Nordeste foi de 91,70%, já em Sergipe 92,94%. A porcentagem dos alunos de 16 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental na região Nordeste foi de 53,6%.

No Brasil temos uma percentual de 80% dos jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola, no entanto a taxa líquida de matrícula no Ensino médio em 2011 foi de 52,25%, nota-se que muitos abandonaram, não estudam ou se encontram cursando o ensino Fundamental. Na região Nordeste esta taxa foi de 44,36% e em Sergipe 43,09%. Os alunos de 19 anos que concluíram este nível de ensino foram de 41,4% na região Nordeste. É evidente o número pequeno de jovens que concluem esta etapa e até mesmo os atrasos na idade analisada. Especialistas afirmam que o currículo extenso que não visa o mercado de trabalho tão pouco prepara para o vestibular é um dos responsáveis (Movimento Todos pela Educação, 2013).

As matrículas de alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 2011 indica um montante de 3.980.203, sendo dividida nas seguintes etapas de ensino: 935.084 nas séries iniciais e 1.722.697 nas séries finais do Ensino Fundamental e 1.322.422 no Ensino Médio. No Nordeste, 1.535.011 e em Sergipe 54.900.

Um número de 23.239 matrículas está integrada a educação profissional presencial no Ensino Fundamental e no Nordeste 1.668.6. Já na modalidade semipresencial 756 a nível nacional e 326 na região Nordeste. No Nível Médio, o Brasil está com 40.844 presencial e 1.127 no semipresencial e no Nordeste 14.254 na primeira modalidade e 478 na segunda.

Com os dados mencionados nos parágrafos anteriores é notória a importância dos indicadores de qualidade na educação para a sociedade atual, identificando os problemas que precisam de ações urgentes como: a repetência, a evasão, o abandono, os alunos em idade escolar que não estão matriculados ou que não concluem as etapas de ensino, a necessidade de capacitação de mão de obra, a distorção idade-série, para que sejam eliminadas as barreiras que impedem o crescimento científico, econômico e tecnológico brasileiro.

O FOMENTO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A qualidade segundo Cury (2010) pode ser mensurada, o sujeito pode conhecê-la e agir sobre ela, identificar e reconhecer os aspectos da educação que causam preocupação pode ser útil para a busca da qualidade. "Qualidade é algo que, na linguagem comum, tem sido considerado como uma agregação que confere valor superior a um bem, a um serviço ou a um sujeito" (CURY, 2010).

Na Constituição Federal (1988) em seu artigo 206, Emenda Constitucional nº 19/1998, inciso VII é garantido o ensino nos padrões de qualidade. No título IV da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que trata da organização da educação nacional; artigo 9º, inciso V, diz que a União incumbir-se-á de coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação, assim como no inciso VI, assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar nas várias etapas de ensino em colaboração com os sistemas de ensino com foco para a definição de prioridades e melhoria da qualidade do ensino.

A LDB (1996) no artigo 22, mostra que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Vários documentos vêm sendo elaborados para assegurar o desenvolvimento e a qualidade da educação brasileira nos últimos anos. É importante dar destaque ao Plano Nacional da Educação que estabelece metas a serem atingidas para colocar o Brasil em uma posição de destaque em relação a outros países do mundo. Esse plano estimula a qualidade na educação através do cumprimento de metas dentro de um determinado período de tempo, dez anos.

As primeiras quatro metas do PNE buscam tirar o Brasil de um atraso histórico, enfrentando uma questão que muitos países desenvolvidos equacionaram ainda nos séculos 19 e 20: a universalização do atendimento escolar... A democratização do acesso à escola não está resolvida plenamente em nenhuma das etapas da Educação Básica (Movimento Todos pela Educação, 2013).

As metas numeradas de 5, 6 e 7 referem-se à qualidade, deve haver meios para aumentar a eficiência do sistema de ensino, para assim atingir a aprendizagem dos alunos. A defasagem idade-série deve ser reduzida através da diminuição da evasão, da repetência e do abandono, repercutindo assim para as etapas posteriores. As metas de 8 a 12 visa combater as desigualdades nas escolaridades de jovens pobres em relação aos ricos, já que baixa escolaridade acarreta menores salários e falta de progresso profissional. Das 20 metas, três são dedicadas ao ensino superior, tratando o acesso às universidades, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico. A valorização do professor é explicitada nas metas de 15 a 18, dando ênfase a equiparação dos salários e do compromisso do educador e das escolas com a efetiva aprendizagem.

A gestão democrática da Educação também aparece neste plano como uma das metas tratando a participação da comunidade na escola. E por fim, a última meta, busca tratar sobre o financiamento da Educação, investindo mais e melhor e com fiscalização de peso. O PNE tem instrumentos para a análise do desenvolvimento dos programas, de cobrança de resultados, de garantia do cumprimento das metas, para que reflitam efetivamente na melhoria dos indicadores educacionais brasileiros (Movimento Todos pela Educação, 2013).

O PNE deve ser seguido pelos sistemas de ensino contribuindo para o avanço educacional, solucionando os entraves na qualidade da educação brasileira.

INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

As estatísticas registram uma taxa nacional de reprovação média de quase 10% no Ensino Fundamental e de 13% no Ensino Médio. No 2º ano do Ensino Fundamental, cerca de 7% das crianças de apenas 7 anos de idade são reprovadas e esta situação é uma das principais preocupações no quesito qualidade (Movimento Todos pela Educação, 2013). "Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo" (UNICEF, PNUD, Inep-MEC, 2004); atualmente o país preocupa-se em quantificar os resultados da educação básica, identificando a qualidade no ensino, principalmente, para poder acompanhar o avanço educacional que irá repercutir no desenvolvimento científico e tecnológico da nação.

A educação brasileira possui instrumentos que indicam o seu avanço ou a sua estagnação e até mesmo o seu fracasso em comparação aos demais países do globo. Abaixo alguns programas, investimentos, leis e instrumentos recentes que sinalizam onde o Brasil avançou e onde deve melhorar segundo o Movimento Todos pela Educação (2013):

- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador da qualidade da Educação

desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC). Seus valores variam de 0 a 10. O objetivo do MEC é que o Brasil alcance, até 2021, o Ideb 6, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; o Ideb 5,5, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, e o Ideb 5,2, no Ensino Médio. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante nas avaliações realizadas pelo País e nas taxas de aprovação. Assim, segundo a própria definição do Inep, “para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula”.

- A Prova do ABC também foi um indicador para acompanhar a alfabetização das crianças e só foi utilizado até 2012. A partir de 2013 o MEC terá um instrumento para avaliar os resultados do Pnaic que permite a verificação do desempenho das crianças em leitura, escrita e matemática nas séries iniciais, sendo esse pacto o substituto da prova do ABC.
- A Prova Brasil é aplicada a todos os alunos de 5º e 9º anos da rede pública, em um processo no qual se retira uma amostra para o Saeb. Além disso, o Saeb avalia de maneira amostral a rede particular no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e a pública, no Ensino Médio.
- Promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é uma pesquisa trienal aplicada a estudantes de 15 anos. As habilidades de leitura, matemática e ciências são avaliadas, visa que cada país avalie suas políticas educacionais e as compare internacionalmente. Cada edição foca uma área. O Pisa 2000 mirou a proficiência em leitura. A matemática foi o foco principal em 2003 e as ciências em 2006. Em 2009 esse ciclo começou com a leitura.
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) criado no dia 26 de outubro de 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011. Tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira.
- O Ministério da Educação implanta o programa Reuni para as universidades federais, com foco na formação de professores. Nessa mesma linha, implantou a Universidade Aberta do Brasil e a Plataforma Freire vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Educação a Distância surge como uma ferramenta poderosa para elevar o nível de formação dos professores, bem como para ampliar a oferta da educação continuada permanente.
- Em 2008, foi sancionada a lei 11.738, conhecida como Lei do Piso, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica.
- Os recursos do Pré-sal pode contribuir para o aumento do investimento em Educação em relação ao PIB.

Os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. Este é seu objetivo principal. Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade de acordo com seus próprios critérios e prioridades (UNICEF, PNUD, Inep-MEC, 2004).

Para Unicef, Pnud e Inep-MEC (2004) Um conjunto de indicadores mostra de forma simples os sinais bons e ruins de determinada instituição, podendo estar a alcance de todos para possibilitar as melhorias necessárias. É um instrumento flexível devendo ser usado com periodicidade, acompanhando os resultados, os limites e as dificuldades encontradas e atualizando-os no mínimo a cada dois anos.

O Inep, órgão ligado ao MEC, e as Secretarias de Educação, assim com o IBGE produzem estatísticas sobre nosso sistema de ensino por meio de levantamentos, de aspectos da realidade educacional que servem como parâmetros para identificar problemas, o que está melhorando ou piorando. Alguns desses levantamentos são feitos por amostragem e apresentam uma visão geral da situação num Estado, numa região ou numa determinada rede de ensino (UNICEF, PNUD, Inep-MEC, 2004).

...A inteligibilidade da qualidade também tem a ver com as condições de possibilidade relativas ao nosso conhecimento dela. Daí o recurso aos estudos, às

pesquisas, aos censos e aos levantamentos que possibilitam, em princípio, a feitura de planos governamentais específicos para melhorias no campo educacional. A qualidade é, assim, um modo de ser que afeta a educação como um todo envolvendo sua estrutura, seu desenvolvimento, seu contexto e o nosso modo de conhecê-la (CURY, 2010).

A escola também pode elaborar indicadores com base nas instituições citadas anteriormente aliados as características próprias da escola, com o intuito de melhorias tomando por base as prioridades junto à comunidade e equipe escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade na educação não é rígida, pois a sociedade demanda prioridades diversas em momentos diferentes em escolas paradoxais em um mesmo momento histórico, político e econômico. A sociedade está mais próxima das informações que circundam a qualidade na educação, a participação esta mais ativa e as cobranças estão aos poucos sendo solucionadas. Com a universalização do ensino houve um aumento significativo nas matrículas em todas as regiões do Brasil e este aumento demanda mais recursos financeiros, materiais e humanos. Os Bancos de Dados nacionais informam uma melhoria considerável, mas que não pode ser vista de forma plena, porque como já foi dito a qualidade é mutável.

Uma sala de informática ou laboratório, uma quadra de esporte, vias de acesso para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, bibliotecas ou sala de leituras, por exemplo, não devem ser vistos como qualidade, mais sim a sua utilidade no processo de ensino-aprendizagem, já que esses são recursos ou meios que a atualidade exige. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na escola demanda formação e valorização de professores, novas metodologias e didáticas de ensino e currículo adequado às exigências atuais.

A Educação de Jovens e Adultos deve criar ou obter meios que oportunizem aos alunos a continuidade nos estudos e uma garantia de profissionalização em parceria com SENAI, SENAC e outras instituições do ramo. Partindo do princípio de que o Brasil necessita de mão de obra qualificada, os cursos oferecidos devem ser atuais com vistas para a necessidade do mercado atual, com isto o mercado de trabalho terá futuros trabalhadores aptos para diversas áreas, gerando renda para as famílias e proporcionando qualidade de vida. Partindo do pressuposto de que a educação faz o país se desenvolver, não há dúvida do fomento na busca da qualidade da educação básica.

As instituições governamentais e não governamentais, as leis, os investimentos, os programas e os instrumentos de avaliação mostram o que falta para que o Brasil esteja entre os melhores na educação básica e consequentemente uma melhor economia. As avaliações nacionais ajudam na percepção do rendimento com vistas para a qualidade na educação, assim como também os Bancos de Dados que apresentam informações gerais acerca da educação, mostrando onde o Brasil avançou, melhorou ou estagnou.

Percebe-se que em um mesmo município existe apenas uma ou duas escolas modelo, com sala ou laboratório de informática, com atendimento aos alunos com deficiência, com alimentação suficiente e regular. No entanto, nas demais, existe um fornecimento de insumos básicos e em pouca quantidade e até mesmo a inexistência desses; muitos alunos dessas escolas migram para as escolas que oferecem o que o município considera como “a educação de qualidade” e que na realidade não é mais a qualidade atual.

É necessário que além dos problemas de investimentos e financiamentos da educação sejam solucionados também os da Lei do Piso e da precária alimentação escolar em vários municípios; do abandono e evasão, repetência, alunos em idade escolar que estão fora da escola e não conclusão do ensino fundamental e ou médio; utilização correta dos espaços educativos, assim como das tecnologias e metodologias de ensino atuais. O ambiente escolar também deve ser melhorado com reformas e adequações proporcionando o

bem estar e o gosto em frequentar escolas organizadas e confortáveis. A participação da comunidade nas atividades selecionadas e desenvolvidas pela equipe escolar e pelos alunos deve ser estimulada para que a comunidade obtenha conhecimento acerca da educação oferecida atualmente e da sua responsabilidade na busca da qualidade na educação.

Ora, como a informações obtidas, principalmente nos Banco de Dados, temos aqui não uma indicação de qualidade na educação, mas sim o que deve ser feito para consegui-la atualmente. Solucionados os problemas atuais que entravam a qualidade na educação brasileira surgiram novos para serem resolvidos, porque a sociedade apresenta novas demandas a cada época.

¹Mestranda em Ciência da Propriedade Intelectual pelo PPGPI/UFS (2013). Especialista em LIBRAS pela FSL (2009) e AEE pela UFC (2011). É licenciada em Ciências Naturais pela UNIT (2009). Graduada em Psicologia pela Faculdade Pio Décimo (2006). Professora efetiva das Prefeituras Municipais de São Cristóvão e Laranjeiras. Faz parte do NUPIEPED/UFS. Membro da Associação de Intérpretes de Sergipe – AILES. sandra.dea@hotmail.com.br.

² Graduanda em Pedagogia-UFS. Pós-Graduanda em LIBRAS pela FSLF (2013). É licenciada em Letras Vernáculas pela Faculdade Ages (2012). Lecionou no Colégio Integrado Ages (2011-2013). Faz parte do APOGEU/UFS/CNPq e GPGFOP/Unit/CNPq. Aluna regular do curso de extensão Universitária/LIBRAS-UFS. cristinanuness@hotmail.com

REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013. Movimento Todos pela Educação. Editora Moderna, 2013. 148p. Disponível em: www.todospelaeducacao.org.br. Acesso em 20 jun. de 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Edição 2011. 64p.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988).** Disponível em: . Acesso em: 12 dez. de 2010.

_____. **Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em: 02 jul de 2013.

CURY, C. R. J. QUALIDADE EM EDUCAÇÃO. **Nuances: Estudos sobre Educação.** Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 15-31, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/721/735>. Acesso em: 02 jul de 2013.

Indicadores da qualidade na Educação. Unicef, PNUD, Inep-MEC. São Paulo: Ação Educativa, 2004. 61p. Disponível em: www.acaoeducativa.org. Acesso em 20 jun de 2013.

ANÁLISE DOS INDICADORES ATUAIS DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

¹**Sandra de Andrade Santos**

²**Cristina Nunes dos Santos**

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

Muito se questiona a respeito da qualidade na educação, para isso os indicadores podem dar a resposta acerca dessa dúvida, mostrando o que pode ser melhorado. Com a ampliação dos investimentos na educação existe a preocupação em saber se os recursos estão sendo aplicados devidamente; isso pode ser basicamente acompanhado através de Banco de Dados das organizações governamentais e não governamentais. Busca-se através de uma pesquisa bibliográfica propor uma análise e reflexão acerca dos indicadores de qualidade na educação do ensino fundamental e médio por meio das leituras iniciais feitas no Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013) do movimento Todos Pela Educação em parceria com a editora Moderna e no livro Indicadores da Qualidade na Educação da Unicef (2004). Este artigo pode contribuir para um acompanhamento ou controle de qualidade na educação em escolas públicas.

INTRODUÇÃO

Com o aumento de investimentos na área da educação nos últimos anos, seja na construção de novas escolas ou reformas das já existentes; da valorização salarial do professor com a aprovação da Lei do Piso do Magistério Nacional; da criação de laboratórios ou salas de informática; dos programas de transporte escolar e ou da alimentação escolar, bem como do Mais Educação e do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a população brasileira questiona sobre a existência da qualidade na educação. Percebe-se que o que era considerado como qualidade de ensino há 30 anos não é mais vista como a qualidade atual. A qualidade na educação é mutável a depender da necessidade da sociedade, a busca da qualidade no sistema de ensino sempre será almejada já que a sociedade brasileira apresenta necessidades diversas a depender da demanda da clientela em momentos históricos, sociais e econômicos distintos no decorrer dos anos e vemos também que as prioridades no que se refere à educação são diferentes em vários municípios do Brasil e em escolas de um mesmo município.

O Plano Nacional de Educação (PNE) elabora metas a serem atingidas pelos sistemas de ensino na busca da qualidade da educação no Brasil com base nas informações levantadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Censo Escolar e pelo Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (INEP). Um dos fatores evidentes que mostra a baixa qualidade na educação brasileira é a Distorção Idade-Série provocada pela reprovação. No Brasil a Distorção total de Idade-Série em 2011 foi de 22,90% e no Nordeste 31,60% no Ensino Fundamental; já no Ensino Médio 32,80% a porcentagem nacional e no caso da região Nordeste 44%.

Quando se compara o ano de 2010 em relação ao ano de 2011, o Ministério da Educação (Movimento Todos pela Educação, 2013) mostra que houve uma queda de 23,6% para 22,9% no Ensino Fundamental e 34,5% de 32,8% no Ensino Médio. Isto se deve ao ingresso tardio, ao abandono e a repetência, bem como ao envelhecimento da população brasileira.

De acordo com o IBGE/Pnad apud Movimento Todos pela Educação (2013) a taxa líquida de matrícula dos alunos de 06 a 14 anos no Ensino fundamental em 2011 no Brasil foi de 92,4%, na região Nordeste foi de 91,70%, já em Sergipe 92,94%. A porcentagem dos alunos de 16 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental na região Nordeste foi de 53,6%.

No Brasil temos uma percentual de 80% dos jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola, no entanto a taxa líquida de matrícula no Ensino médio em 2011 foi de 52,25%, nota-se que muitos abandonaram, não estudam ou se encontram cursando o ensino Fundamental. Na região Nordeste esta taxa foi de 44,36% e em Sergipe 43,09%. Os alunos de 19 anos que concluíram este nível de ensino foram de 41,4% na região Nordeste. É evidente o número pequeno de jovens que concluem esta etapa e até mesmo os atrasos na idade analisada. Especialistas afirmam que o currículo extenso que não visa o mercado de trabalho tão pouco prepara para o vestibular é um dos responsáveis (Movimento Todos pela Educação, 2013).

As matrículas de alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 2011 indica um montante de 3.980.203, sendo dividida nas seguintes etapas de ensino: 935.084 nas séries iniciais e 1.722.697 nas séries finais do Ensino Fundamental e 1.322.422 no Ensino Médio. No Nordeste, 1.535.011 e em Sergipe 54.900.

Um número de 23.239 matrículas está integrada a educação profissional presencial no Ensino Fundamental e no Nordeste 1.668.6. Já na modalidade semipresencial 756 a nível nacional e 326 na região Nordeste. No Nível Médio, o Brasil está com 40.844 presencial e 1.127 no semipresencial e no Nordeste 14.254 na primeira modalidade e 478 na segunda.

Com os dados mencionados nos parágrafos anteriores é notória a importância dos indicadores de qualidade na educação para a sociedade atual, identificando os problemas que precisam de ações urgentes como: a repetência, a evasão, o abandono, os alunos em idade escolar que não estão matriculados ou que não concluem as etapas de ensino, a necessidade de capacitação de mão de obra, a distorção idade-série, para que sejam eliminadas as barreiras que impedem o crescimento científico, econômico e tecnológico brasileiro.

O FOMENTO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A qualidade segundo Cury (2010) pode ser mensurada, o sujeito pode conhecê-la e agir sobre ela, identificar e reconhecer os aspectos da educação que causam preocupação pode ser útil para a busca da qualidade. "Qualidade é algo que, na linguagem comum, tem sido considerado como uma agregação que confere valor superior a um bem, a um serviço ou a um sujeito" (CURY, 2010).

Na Constituição Federal (1988) em seu artigo 206, Emenda Constitucional nº 19/1998, inciso VII é garantido o ensino nos padrões de qualidade. No título IV da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que trata da organização da educação nacional; artigo 9º, inciso V, diz que a União incumbir-se-á de coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação, assim como no inciso VI, assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar nas várias etapas de ensino em colaboração com os sistemas de ensino com foco para a definição de prioridades e melhoria da qualidade do ensino.

A LDB (1996) no artigo 22, mostra que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Vários documentos vêm sendo elaborados para assegurar o desenvolvimento e a qualidade da educação brasileira nos últimos anos. É importante dar destaque ao Plano Nacional da Educação que estabelece metas a serem atingidas para colocar o Brasil em uma posição de destaque em relação a outros países do mundo. Esse plano estimula a qualidade na educação através do cumprimento de metas dentro de um determinado período de tempo, dez anos.

As primeiras quatro metas do PNE buscam tirar o Brasil de um atraso histórico, enfrentando uma questão que muitos países desenvolvidos equacionaram ainda nos séculos 19 e 20: a universalização do atendimento escolar... A democratização do acesso à escola não está resolvida plenamente em nenhuma das etapas da Educação Básica (Movimento Todos pela Educação, 2013).

As metas numeradas de 5, 6 e 7 referem-se à qualidade, deve haver meios para aumentar a eficiência do sistema de ensino, para assim atingir a aprendizagem dos alunos. A defasagem idade-série deve ser reduzida através da diminuição da evasão, da repetência e do abandono, repercutindo assim para as etapas posteriores. As metas de 8 a 12 visa combater as desigualdades nas escolaridades de jovens pobres em relação aos ricos, já que baixa escolaridade acarreta menores salários e falta de progresso profissional. Das 20 metas, três são dedicadas ao ensino superior, tratando o acesso às universidades.

com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico. A valorização do professor é explicitada nas metas de 15 a 18, dando ênfase a equiparação dos salários e do compromisso do educador e das escolas com a efetiva aprendizagem.

A gestão democrática da Educação também aparece neste plano como uma das metas tratando a participação da comunidade na escola. E por fim, a última meta, busca tratar sobre o financiamento da Educação, investindo mais e melhor e com fiscalização de peso. O PNE tem instrumentos para a análise do desenvolvimento dos programas, de cobrança de resultados, de garantia do cumprimento das metas, para que reflitam efetivamente na melhoria dos indicadores educacionais brasileiros (Movimento Todos pela Educação, 2013).

O PNE deve ser seguido pelos sistemas de ensino contribuindo para o avanço educacional, solucionando os entraves na qualidade da educação brasileira.

INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

As estatísticas registram uma taxa nacional de reprovação média de quase 10% no Ensino Fundamental e de 13% no Ensino Médio. No 2º ano do Ensino Fundamental, cerca de 7% das crianças de apenas 7 anos de idade são reprovadas e esta situação é uma das principais preocupações no quesito qualidade (Movimento Todos pela Educação, 2013). “Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo” (UNICEF, PNUD, Inep-MEC, 2004); atualmente o país preocupa-se em quantificar os resultados da educação básica, identificando a qualidade no ensino, principalmente, para poder acompanhar o avanço educacional que irá repercutir no desenvolvimento científico e tecnológico da nação.

A educação brasileira possui instrumentos que indicam o seu avanço ou a sua estagnação e até mesmo o seu fracasso em comparação aos demais países do globo. Abaixo alguns programas, investimentos, leis e instrumentos recentes que sinalizam onde o Brasil avançou e onde deve melhorar segundo o Movimento Todos pela Educação (2013):

- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador da qualidade da Educação desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC). Seus valores variam de 0 a 10. O objetivo do MEC é que o Brasil alcance, até 2021, o Ideb 6, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; o Ideb 5,5, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, e o Ideb 5,2, no Ensino Médio. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante nas avaliações realizadas pelo País e nas taxas de aprovação. Assim, segundo a própria definição do Inep, “para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula”.
- A Prova do ABC também foi um indicador para acompanhar a alfabetização das crianças e só foi utilizado até 2012. A partir de 2013 o MEC terá um instrumento para avaliar os resultados do Pnaic que permite a verificação do desempenho das crianças em leitura, escrita e matemática nas séries iniciais, sendo esse pacto o substituto da prova do ABC.
- A Prova Brasil é aplicada a todos os alunos de 5º e 9º anos da rede pública, em um processo no qual se retira uma amostra para o Saeb. Além disso, o Saeb avalia de maneira amostral a rede particular no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e a pública, no Ensino Médio.
- Promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é uma pesquisa trienal aplicada a estudantes de 15 anos. As habilidades de leitura, matemática e ciências são avaliadas, visa que cada país avalie suas políticas educacionais e as compare internacionalmente. Cada edição foca uma área. O Pisa 2000 mirou a proficiência em leitura. A matemática foi o foco principal em 2003 e as ciências em 2006. Em 2009 esse ciclo recomeçou com a leitura.
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) criado no dia 26 de outubro de 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011. Tem como objetivo principal expandir, interiorizar e

democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira.

- O Ministério da Educação implanta o programa Reuni para as universidades federais, com foco na formação de professores. Nessa mesma linha, implantou a Universidade Aberta do Brasil e a Plataforma Freire vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Educação a Distância surge como uma ferramenta poderosa para elevar o nível de formação dos professores, bem como para ampliar a oferta da educação continuada permanente.
- Em 2008, foi sancionada a lei 11.738, conhecida como Lei do Piso, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica.
- Os recursos do Pré-sal pode contribuir para o aumento do investimento em Educação em relação ao PIB.

Os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. Este é seu objetivo principal. Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade de acordo com seus próprios critérios e prioridades (UNICEF, PNUD, Inep-MEC, 2004).

Para Unicef, Pnud e Inep-MEC (2004) Um conjunto de indicadores mostra de forma simples os sinais bons e ruins de determinada instituição, podendo estar a alcance de todos para possibilitar as melhorias necessárias. É um instrumento flexível devendo ser usado com periodicidade, acompanhando os resultados, os limites e as dificuldades encontradas e atualizando-os no mínimo a cada dois anos.

O Inep, órgão ligado ao MEC, e as Secretarias de Educação, assim com o IBGE produzem estatísticas sobre nosso sistema de ensino por meio de levantamentos, de aspectos da realidade educacional que servem como parâmetros para identificar problemas, o que está melhorando ou piorando. Alguns desses levantamentos são feitos por amostragem e apresentam uma visão geral da situação num Estado, numa região ou numa determinada rede de ensino (UNICEF, PNUD, Inep-MEC, 2004).

...A inteligibilidade da qualidade também tem a ver com as condições de possibilidade relativas ao nosso conhecimento dela. Daí o recurso aos estudos, às pesquisas, aos censos e aos levantamentos que possibilitam, em princípio, a feitura de planos governamentais específicos para melhorias no campo educacional. A qualidade é, assim, um modo de ser que afeta a educação como um todo envolvendo sua estrutura, seu desenvolvimento, seu contexto e o nosso modo de conhecê-la (CURY, 2010).

A escola também pode elaborar indicadores com base nas instituições citadas anteriormente aliados as características próprias da escola, com o intuito de melhorias tomando por base as prioridades junto à comunidade e equipe escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade na educação não é rígida, pois a sociedade demanda prioridades diversas em momentos diferentes em escolas paradoxais em um mesmo momento histórico, político e econômico. A sociedade está mais próxima das informações que circundam a qualidade na educação, a participação esta mais ativa e as cobranças estão aos poucos sendo solucionadas. Com a universalização do ensino houve um aumento significativo nas matrículas em todas as regiões do Brasil e este aumento demanda mais recursos financeiros, materiais e humanos. Os Bancos de Dados nacionais informam uma melhoria considerável, mas que não pode ser vista de forma plena, porque como já foi dito a qualidade é mutável.

Uma sala de informática ou laboratório, uma quadra de esporte, vias de acesso para alunos com

deficiência ou mobilidade reduzida, bibliotecas ou sala de leituras, por exemplo, não devem ser vistos como qualidade, mais sim a sua utilidade no processo de ensino-aprendizagem, já que esses são recursos ou meios que a atualidade exige. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na escola demanda formação e valorização de professores, novas metodologias e didáticas de ensino e currículo adequado às exigências atuais.

A Educação de Jovens e Adultos deve criar ou obter meios que oportunizem aos alunos a continuidade nos estudos e uma garantia de profissionalização em parceria com SENAI, SENAC e outras instituições do ramo. Partindo do princípio de que o Brasil necessita de mão de obra qualificada, os cursos oferecidos devem ser atuais com vistas para a necessidade do mercado atual, com isto o mercado de trabalho terá futuros trabalhadores aptos para diversas áreas, gerando renda para as famílias e proporcionando qualidade de vida. Partindo do pressuposto de que a educação faz o país se desenvolver, não há dúvida do fomento na busca da qualidade da educação básica.

As instituições governamentais e não governamentais, as leis, os investimentos, os programas e os instrumentos de avaliação mostram o que falta para que o Brasil esteja entre os melhores na educação básica e conseqüentemente uma melhor economia. As avaliações nacionais ajudam na percepção do rendimento com vistas para a qualidade na educação, assim como também os Bancos de Dados que apresentam informações gerais acerca da educação, mostrando onde o Brasil avançou, melhorou ou estagnou.

Percebe-se que em um mesmo município existe apenas uma ou duas escolas modelo, com sala ou laboratório de informática, com atendimento aos alunos com deficiência, com alimentação suficiente e regular. No entanto, nas demais, existe um fornecimento de insumos básicos e em pouca quantidade e até mesmo a inexistência desses; muitos alunos dessas escolas migram para as escolas que oferecem o que o município considera como “a educação de qualidade” e que na realidade não é mais a qualidade atual.

É necessário que além dos problemas de investimentos e financiamentos da educação sejam solucionados também os da Lei do Piso e da precária alimentação escolar em vários municípios; do abandono e evasão, repetência, alunos em idade escolar que estão fora da escola e não conclusão do ensino fundamental e ou médio; utilização correta dos espaços educativos, assim como das tecnologias e metodologias de ensino atuais. O ambiente escolar também deve ser melhorado com reformas e adequações proporcionando o bem estar e o gosto em frequentar escolas organizadas e confortáveis. A participação da comunidade nas atividades selecionadas e desenvolvidas pela equipe escolar e pelos alunos deve ser estimulada para que a comunidade obtenha conhecimento acerca da educação oferecida atualmente e da sua responsabilidade na busca da qualidade na educação.

Ora, como a informações obtidas, principalmente nos Banco de Dados, temos aqui não uma indicação de qualidade na educação, mas sim o que deve ser feito para consegui-la atualmente. Solucionados os problemas atuais que entravam a qualidade na educação brasileira surgiram novos para serem resolvidos, porque a sociedade apresenta novas demandas a cada época.

¹Mestranda em Ciência da Propriedade Intelectual pelo PPGPI/UFS (2013). Especialista em LIBRAS pela FSL (2009) e AEE pela UFC (2011). É licenciada em Ciências Naturais pela UNIT (2009). Graduada em Psicologia pela Faculdade Pio Décimo (2006). Professora efetiva das Prefeituras Municipais de São Cristóvão e Laranjeiras. Faz parte do NUIEPED/UFS. Membro da Associação de Intérpretes de Sergipe – AILES. sandra.dea@hotmail.com.br.

² Graduanda em Pedagogia-UFS. Pós-Graduanda em LIBRAS pela FSLF (2013). É licenciada em Letras Vernáculas pela Faculdade Ages (2012). Lecionou no Colégio Integrado Ages (2011-2013). Faz parte do APOGEU/UFS/CNPq e GPGFOP/Unit/CNPq. Aluna regular do curso de extensão Universitária/LIBRAS-UFS. cristinanuness@hotmail.com

REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013. Movimento Todos pela Educação. Editora Moderna, 2013. 148p. Disponível em: www.todospelaeducacao.org.br. Acesso em 20 jun. de 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Edição 2011. 64p.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988).** Disponível em: . Acesso em: 12 dez. de 2010.

_____. **Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em: 02 jul de 2013.

CURY, C. R. J. QUALIDADE EM EDUCAÇÃO. **Nuances: Estudos sobre Educação.** Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 15-31, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/721/735>. Acesso em: 02 jul de 2013.

Indicadores da qualidade na Educação. Unicef, PNUD, Inep-MEC. São Paulo: Ação Educativa, 2004. 61p. Disponível em: www.acaoeducativa.org. Acesso em 20 jun de 2013.